

O MOVIMENTO SOCIAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ: organização e articulações do fórum estadual.

Naira Luan Sousa e Silva (UFPI); Francisco Mesquita de Oliveira (UFPI)
e-mail: nairaluan@hotmail.com; mesquita@ufpi.edu.br;
GT 5 – Sociedade civil e políticas públicas

No Piauí, 71% dos municípios comportam empreendimentos nos quais *outra economia acontece*. Esses empreendimentos ditos solidários contam com o espaço do Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES) para fortalecer seus princípios de autogestão e cooperação. O presente trabalho é parte da nossa pesquisa de mestrado em sociologia, que analisa a organização e articulação dos atores sociais no FEESPI. O texto apresenta uma revisão bibliográfica contemplando a interpretação de Melucci (2001); Scherer-Warren (1999); e, Gohn (2010) acerca da ação coletiva no propósito de investigar as práticas e as relações entre atores; em seguida, apoiados por Singer (2002) e Bertucci (2010), Brasil (2011) discutiremos a economia solidária enquanto movimento social, e, encerraremos caracterizando os sujeitos que compõem o movimento de economia solidária no Piauí, assinalando os resultados práticos e suas principais peculiaridades.

1 Introdução

Este trabalho comporta um esboço das primeiras observações sobre o processo articulatório dos atores sociais coletivos no interior do Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária em Teresina – Piauí (FEESPI). Para tanto, contempla uma apresentação introdutória de formulações teóricas sobre movimento social e economia solidária e uma breve caracterização das práticas dos sujeitos sociais coletivos que possuem assento no FEESPI.

No Brasil, as práticas associativas que relacionavam solidariedade à economia foram difundidas com a chegada das ideias da Revolução Francesa, ganhando maior notoriedade, no final do século XIX, quando as por aqui chegaram as ideias dos socialistas utópicos e os imigrantes europeus com as boas novas do anarco-sindicalismo, hegemônico nos seus países de origem, e as notícias do sucesso da experiência de Rochdale. A partir daí se formaram os sindicatos, as cooperativas e as ligas camponesas, os quais fazem parte de toda história econômica e política no país (ARROYO; SCHUCH, 2006).

As mudanças socioeconômicas ocorridas entre os anos de 1970 e 1990, incluindo as crises financeiras do modo de produção capitalista e a internacionalização das economias mundiais estão intimamente associadas ao desenvolvimento da economia popular solidária como alternativa ao desemprego além de representar um ato de defesa e resistência da classe trabalhadora às opressões advindas do modo de produção capitalista (ARROYO; SCHUCH, 2006).

Mais recentemente, no governo Lula (2003 – 2010), o movimento de economia solidária se institucionalizou e conta atualmente com uma estrutura organizada ao seu favor: secretaria nacional e secretarias estaduais e municipais, leis de fomento aos empreendimentos solidários, uma rede articulada de instituições públicas e privada mobilizadas em torno da produção, comercialização,

crédito e consumo, além de espaços voltados exclusivamente para promover a aproximação e o debate entre os sujeitos da sociedade civil e gestores públicos – os fóruns.

Nesse sentido, os fóruns mostram-se como canais institucionais, espaços para parcerias entre a esfera estatal e civil, com atribuições de planejamento e fiscalização dos recursos públicos investidos nas políticas sociais e públicas de economia solidária. Os fóruns tem caráter permanente ou conjuntural, e reúnem uma pluralidade de atores sociais articulados em um propósito específico: fortalecer os empreendimentos econômicos solidários.

O Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária no Piauí (FEEPSPI) é no âmbito estatal esse espaço para articulação dos empreendimentos solidários, das entidades de apoio e fomento e de gestores públicos. Esses atores se comprometem em orientar suas ações pautadas nos valores da economia solidária. O FEEPSPI situa-se na capital do Piauí, Teresina, o mesmo foi instituído desde o ano de 2004, e ocupa a sala de Políticas Públicas da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Piauí (SRTE/PI).

2 Movimento Social e Economia Solidária

Elegemos como categorias de análise para o nosso estudo, movimento social e economia solidária. A primeira encaminhará a análise acerca da ação coletiva, desde as principais teorias que versam sobre as definições dos movimentos sociais até as formulações sobre as dinâmicas e práticas dos novos sujeitos coletivos em rede. A segunda trará os principais apontamentos sobre o fenômeno do movimento de economia solidária, abordando as primeiras experiências de práticas autogestionárias no Brasil e as definições que abarcam os desafios desse fenômeno. Consideraremos ainda as inter-relações entre o fenômeno da economia solidária e o fenômeno da globalização, tanto no que diz respeito ao processo hegemônico e contra hegemônico da globalização.

2.1 Movimento Social

Melucci (2001) apresenta os movimentos sociais na contemporaneidade como profetas sem encanto, uma vez que anunciam o que está por vir, mas, no entanto, não conseguem ser ouvidos. Isso porque as mudanças, as alternativas anunciadas ainda não estão claras e são frequentemente sufocadas pelos conflitos tão presentes nas sociedades globalizadas. Segundo o autor:

colocar o problema da formação de um ator coletivo significa reconhecer que aquilo que, empiricamente, se chama “movimento” e ao qual, por comodidade de observação e de linguagem, se atribui uma unidade essencial, é, na realidade, a resultante de processos sociais heterogêneos (MELUCCI, 2001, p. 32).

Para Gohn (2008, p.11) os movimentos sociais são reconhecidos como “fenômenos históricos concretos”. Com a globalização e "deslegitimação" do Estado, houve um deslocamento de interesse para a sociedade civil onde os movimentos sociais são referenciais de ação social, portanto:

um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações (GOHN, 2008, p.14).

Na abordagem de Scherer-Warren (1999), os movimentos sociais transitam entre três campos de atuação, assumem ora função contestadora, ora função solidarística, ora propositiva, ou ainda, acumulam mais de uma dessas funções. Portanto, na compreensão da autora, o movimento social seria:

um conjunto mais abrangente de práticas sociopolítico-culturais que visam a realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória), resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis. É o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político ou com múltiplas práticas efetivas (SHERER-WARREN, 1999, p. 15).

Ora, na noção ampla de movimentos sociais, “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2010, p.13), as estratégias desses grupos podem concretizar-se na forma de pressões diretas ou ainda pressões indiretas, valendo-se dos novos meios de comunicação e informação. Desse modo, podem atuar como “campo de atividade e experimentação” de onde emanam inovações socioculturais, o que não acontece nos movimentos sociais conservadores, mas, apenas, naqueles movimentos sociais ditos progressistas, os quais demandam mudanças sociais emancipatórias (GOHN, 2010, p. 14).

Então, é no sentido de movimentos sociais progressistas que o propósito da mudança corresponde a um aspecto presente nas interpretações destes três autores Melucci (2001), Gohn (2008) e Scherer-Warren (1999). As mudanças, porém, não precedem a ação coletiva, nesse sentido, o movimento social se forma a partir das contradições existentes no próprio sistema socioeconômico do qual os sujeitos são partes, e são eles que, através do conflito, instauram-nas (MELUCCI, 2001).

2.1.1 Redes de movimentos sociais

Atualmente os Novos Movimentos Sociais organizam-se cada vez mais em forma de rede. As principais características das redes de movimentos sociais, para Scherer-Warren (1996), são a articulação de atores e movimentos sociais e culturais, a transnacionalidade, o pluralismo organizacional e ideológico e a atuação nos campos cultural e político.

Em relação à articulação de atores sociais culturais, a autora destaca a forma diversificada em que ela pode ocorrer, desde articulações entre movimentos que tenham demandas bem específicas, ou que desejem combater problemas, ou ainda, àqueles voltadas para a troca de informações de diferentes organizações que trabalham em torno de um mesmo assunto, mas, sobre perspectivas diferentes. Nesse sentido, ainda é possível destacar o papel dos fóruns, onde se oferece um espaço de caráter duradouro para a organização de forças dos movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 1996).

A transnacionalidade, segundo Scherer-Warren (1996), é um aspecto das redes que permite o fluxo contínuo não só de recursos financeiros, mas também de informações das organizações da sociedade civil a nível internacional, a exemplo das ONGs e dos Movimentos Ecológicos e Movimentos de Direitos Humanos. Os dois últimos podem, por sua vez, ocasionalmente, aliar-se a causas de movimentos locais e potencializar a ação dos mesmos.

Do pluralismo organizacional e ideológico emana a possibilidade de intercâmbio entre os movimentos dado o trânsito de agentes sociais no interior de mais de uma forma de ação coletiva, portanto:

manifesta-se pelo fato dos mesmos atores sociais participarem de várias organizações ou redes, ou pelo fato da mesma organização incorporar atores com concepções ideológicas ou simpatias partidárias variadas. Naturalmente, é necessário que os atores compartilhem de princípios étnicos mínimos comuns (por exemplo, de combate à miséria, à exploração, à discriminação, à degradação ambiental, ao autoritarismo, à violência etc.) (SCHERER-WARREN, 1996, p. 121).

Scherer-Warren (1999) apresenta uma série de abordagens sobre o conceito de redes nas Ciências Humanas, empregada pela Administração, Sociologia, Economia, Antropologia. Também apresenta as versões do conceito para a Psicologia social, a Ecologia e Ciências da Computação.

O conceito de rede pode ser operacionalizado como metodologia ou teoria na atividade da pesquisa científica ou ainda como rede técnica ou estratégia de ação coletiva apropriado aos atores sociais com significado propositivo e atributos ideológicos e simbólicos:

a ideia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais refere-se a uma estratégia de ação coletiva, i é, uma nova forma de organização e de

ação (como rede). Subjacente a essa ideia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir este processo. O uso do conceito de redes em sua forma propositava contém significados ideológicos e simbólicos e comporta resultados sociais e políticos que merecem ser analisados pelas Ciências Sociais e só recentemente tem sido transformado em objeto de estudo (SCHERER-WARREN, 1999, p. 24).

De acordo com Scherer-Warren (1999), a abordagem sociológica orienta-se sobre duas perspectivas, uma direcionada pela teoria da mobilização de recursos em que elos fortes ou fracos são construídos a partir de relações mais intensas ou esporádicas, respectivamente (Deroy-Pineau e Fischer), outra seguindo a teoria dos novos movimentos sociais, onde por meio de uma identidade coletiva os indivíduos formam pequenos grupos caracterizando uma área de movimento onde o estímulo ideológico conduz propostas de inovação cultural (Melucci e Diane).

2.2 Economia Solidária

Para Singer (2002) a economia solidária foi inventada por trabalhadores no início do século XIX, surgiu quando a difusão das máquinas provocou altos índices de desemprego entre os operários, os quais criaram as cooperativas com o intuito de recuperar trabalho e adquirir autonomia econômica.

Bem mais do que uma resposta dos trabalhadores às crises de desemprego estrutural do capitalismo, a economia solidária carrega um projeto de sociedade e não se adapta ao sistema produtor de exploração, apesar de não estar imune aos movimentos da economia capitalista, já que dentro dela continua atuando (BRASIL, 2011).

Dessa forma, o fenômeno da economia solidária deve ser compreendido tanto como uma prática quanto um projeto, porque simultaneamente corresponde a uma atividade econômica exercida por um número crescente de pessoas, como também representa um ideal de transformação das relações tradicionais de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, em outras palavras, um anseio (BRASIL, 2011).

A economia solidária comporta tanto o aspecto crítico como o propositivo de uma revolução social, uma vez que:

a economia solidária não é uma panaceia. Ela é um projeto de organização socioeconômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*, em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos de mercado, a limitação – mas não eliminação! – destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre produtores e entre consumidores (SINGER, 2006, p. 9).

As características ou princípios das empresas solidárias são: constituição integral de trabalhadores que compartilham a posse dos meios de produção e o trabalho executado no

empreendimento; não há lucro, os resultados destinam-se ao reinvestimento ou fundo indivisível, ou ainda repartição entre os sócios, caso todos os trabalhadores assim o queiram.

2.2.1 Economia Solidária no Brasil

A promoção das bases mais recentes da economia solidária no Brasil, num primeiro momento, está ligada às repostas às crises econômicas de 1981 a 1983, quando muitas indústrias entraram em situação de falência e com isso seus empresários, a partir de um complexo processo de negociação com os sindicatos, repassavam aos trabalhadores sua propriedade na forma de espólio. Nesse sentido, a autogestão assumia o controle da empresa capitalista falida, na tentativa de recuperá-la mediante empenho comum dos trabalhadores. Num segundo momento, se liga à luta pela terra na fase inicial do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em que se criam as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), em 1989, com motivação econômica e política de acumular capital para sustentar o movimento (SINGER, 2002).

Outra iniciativa de fortalecimento da autogestão surgiu mediante a luta contra a pobreza a partir das ações da Cáritas e das Incubadoras de Cooperativas. A primeira, instituição de assistência social da Igreja Católica, parte da rede de Cáritas Internacional, promoveu em 1984 soluções criativas e autônomas para os problemas dos excluídos através de Projetos Alternativos Comunitários (PACs) caracterizados pela postura crítica ao capitalismo. Em 1992, o percentual de 82% de projetos já haviam sido transformados em associações ou cooperativas solidárias. As Incubadoras, por sua vez, eram compostas por universidades que entre os anos de 1995 e 1999 prestaram assessoria a dezenas de grupos economicamente organizados (SINGER, 2002).

Portanto, diante dessa breve exposição acerca do desenvolvimento das práticas de autogestão no Brasil, podemos inferir que esse projeto, no cenário nacional, como luta contra o desemprego e pobreza contribuíram para a incorporação do fenômeno de economia solidária ao quadro de políticas públicas, já que a própria também fazia parte das demandas solicitadas no âmbito dos movimentos sociais.

Para Brasil (2011) o desemprego não foi a única variável que impulsionou a economia solidária no Brasil. Segundo a autora, múltiplas causas podem ser listadas, tais como: a existência de grupos com experiência acumulada e de lideranças autênticas e com capacidade de articulação, a ligação inicial com a economia popular, o trabalho de instituições atuando na sensibilização e apoio da atividade econômica associativa, sua consolidação como alternativa real ao trabalho precário e clandestino. Assim “podemos insinuar que as energias utópicas do movimento social foram efetivas, uma vez que ascenderam a um nível de realização possível através da política” (BRASIL, 2011, p. 168).

Ora, foi durante a realização do I Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), que foram pensadas ações organizativas em favor da Economia Solidária no Brasil a partir de um GT (Grupo de Trabalho) numa oficina nomeada “Economia Popular Solidária e Autogestão”, onde os participantes foram convidados a refletir sobre as organizações autogeridas por trabalhadores. Esse mesmo grupo reivindicou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), através de uma carta endereçada ao então presidente Luís Inácio Lula da Silva, o qual em sua gestão incorporou a já referida secretaria ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) já no início do seu mandato em 2003 (FBES, 2015).

O movimento de economia solidária já realizou quatro plenárias, entre os anos de 2002 e 2008, e três conferências. Conta ainda com um Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES) o qual já confeccionou o Atlas da Economia Solidária no Brasil, resultado de três trabalhos de mapeamentos que envolveram pesquisadores de todo o país. Além disso, possui o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), para articulação do movimento em âmbito nacional e ainda, fóruns estaduais nas 27 unidades federativas do Brasil. Também se somam a esses fóruns, iniciativas dessa mesma natureza na esfera municipal (SENAES, 2009).

Em relação às políticas públicas de economia solidária, as mesmas se institucionalizam por meio de previsões em instrumentos como marco legal (lei, decreto, portaria), ação em Plano Plurianual, estrutura regimental de órgão executor da Política Pública de Economia Solidária, Conselhos ou outros canais de participação e controle social das Políticas Públicas de Economia Solidária (SENAES, 2009).

3 O Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária do Piauí (FEEPSPI)

O Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária do Estado do Piauí (FEEPSPI) foi criado em 13 de fevereiro de 2004, no entanto, só consolidou sua atuação depois do I Encontro Estadual de Economia Solidária, realizado em agosto de 2004, que contou com o apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), da Secretaria Nacional de Economia Solidária e do Ministério de Trabalho e Emprego (SENAES/MTE). O FEEPSPI visa à promoção e o fortalecimento da economia solidária no estado através da articulação entre gestores públicos, entidades de apoio e fomento, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e empreendimentos solidários. Possuem assento no FEEPSPI atores sociais coletivos de três segmentos específicos: os empreendimentos econômicos solidários, as entidades de apoio e fomento e órgãos públicos.

Constituem-se instâncias representativas do FEEPSPI: a Plenária Estadual, a Coordenação Estadual, a Secretaria Executiva e os Grupos Temáticos de Trabalho¹. O FEEPSPI é administrado pela Coordenação Estadual e Secretaria Executiva. A primeira reúne representantes dos três segmentos que compõe o fórum, sendo sete membros ao todo, dos quais, quatro são representantes de empreendimentos solidários, dois representam as entidades de apoio e fomento e um é representante de órgão público. A segunda é constituída por três membros da Coordenação Nacional, eleitos em plenária, responsável pelas atividades de caráter administrativo como elaboração de relatórios e atas de reuniões. A Plenária Estadual é a instância máxima de decisão do fórum, reúne-se ordinariamente a cada dois anos para eleger a Coordenação Estadual, a Secretaria Executiva e os representantes estaduais da Coordenação Nacional, essa última instância tem caráter conjuntural e é composta por três membros da Coordenação Estadual (REGIMENTO INTERNO, 2012).

O FEEPSPI é mantido com recursos oriundos de órgãos públicos federal, estadual e municipal, pode ainda receber dotações de emendas parlamentares, além das contribuições mensais das entidades de apoio e fomento e dos empreendimentos solidários com assento no fórum (REGIMENTO INTERNO, 2012).

Em 2011, foi sancionada a Lei nº 6.057 instituindo a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária (PEFES)², fato considerado uma conquista da mobilização do movimento de economia solidária no estado.

No Quadro 1, a seguir, são indicados os nomes dos atuais participantes do FEEPSPI, dos três segmentos que o compõem, os empreendimentos solidários, as entidades de apoio e fomento e os gestores públicos.

Quadro 1: Participantes do FEEPSPI.

Fonte: Secretaria Executiva, 2015.

Empreendimentos Solidários
Associação de Mulheres Artesão de Esperantina (AMAE)
Associação de Mulheres Produtoras Rurais na Agricultura familiar de José de Freitas (AMPRAF)
Associação de Mulheres Produtores Rurais de São Pedro
Grupo de Mulheres Bordadeira do Parque Piauí (GMBPAPI)
Fazenda da Paz
Cooperativa Agrofamiliar dos Frutos da Terra (COOAFRUT)
Mandy's Solidário
Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco de Miguel Alves
Brincando de Bonecas

¹ Os Grupos de Trabalho (GTs) apesar de aparecem na constituição organizativa do FEEPSPI, até o presente momento, não foram implantados ainda na composição do mesmo.

² A Política Estadual de Fomento a Economia Solidária (PEFES) visa a promoção da economia solidária através do desenvolvimento dos grupos autogestionários, integrando-os no mercado por meio de programas, projetos, parcerias e convênios estabelecidos com a iniciativa privada. Na PEFES estão definidas todas as ações de apoio aos empreendimentos solidários que serão adotadas pela esfera estadual, tais como: acesso a espaço e equipamentos públicos, assessoria técnica, suporte jurídico, financeiro e institucional, participação em licitações públicas, apoio para a comercialização, etc.

Grupo de Produção Variados Juntos e Misturados
Grupo de Mulheres Mãos Criativas
Associação de Mistura de Artes
Terra Viva
Ponto de Cultura Intercâmbio e Arte
Grupo Cultural AFRO CONDART
Oportunidade de Renda Solidária (OPORSOL)
Banco dos Cocais
Grupo de Apicultura de Itaueira
TECEARTE'S
Cooperativa Agroindustrial Familiar do Território Entre Rios (FRUTO DAQUI)
Associação Santuário Sagrado "Pai João de Aruanda"
Comunidade São Sebastião
Associação dos Artesões de Ipiranga
ASMIPI
Cooperação pelo Desenvolvimento dos Países Emergentes – COSPE ONG
Centro de Produção do Dirceu I
Associação Xique Xique
ACADIS
Entidades de Apoio e Fomento
COOTAPI E ASSOCIADOS
CAFEPES
SEMPRE VERDE
OBRA KOLPING
CÁRITAS
PASTORAL DO MIGRANTE
RECID
FETAG
CUT
Representantes Governamentais
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC)
Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETRE)
Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN)
Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Piauí (PRODART)
Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social (SEMTCAS)
Secretaria Municipal de Economia Solidária de Teresina (SEMEST)
Prefeitura Municipal de São Pedro
Prefeitura Municipal de Piripiri
Prefeitura Municipal de Oeiras

Pelo exposto no Quadro 1, são 28 (vinte e oito) empreendimentos solidários, 9 (nove) entidades de apoio e fomento e 11 (onze) gestores públicos que possuem assento no FEEPSPI. Ao confrontarmos essa informação com quantidade de 1472 (mil quatrocentos e setenta e dois) empreendimentos solidários existentes no Piauí, conforme Atlas de Economia Solidária elaborado pela SENAES no ano de 2009, percebemos uma participação tímida dos empreendimentos solidários no FEEPSPI, algo em torno de 2% do total de empreendimentos. Além disso, em relação aos gestores públicos que compõem o FEEPSPI, dos cento e quarenta e nove municípios do estado do Piauí que apresentam empreendimentos de economia solidária, apenas representações

governamentais de três municípios (São Pedro, Piripiri, Oeiras) possuem assento no FEEPSPI, além da capital piauiense, Teresina.

4 Conclusão

No sentido de movimento social, a economia solidária aparece como resultado da manifestação da sociedade civil enquanto sujeito coletivo organizado que demanda novas formas de produção aquém da oferecida pelo padrão de acumulação capitalista, esse sentido se confronta com o de economia solidária enquanto política pública, no qual é a iniciativa governamental quem direciona as ações ligadas à economia solidária, sem ser necessariamente influenciada por demandas do movimento social. A esses dois sentidos contrapõem-se o de consumo e poupança solidária que é a crença na existência de um mercado solidário que atua paralelamente ao mercado tradicional, esse mercado solidário é resultado da articulação de redes (BERTUCCI, 2010).

A economia solidária é um fenômeno social contrário à base econômica de acumulação capitalista. Apesar de impregnada pela ideologia socialista, a economia solidária serve para alguns como alternativa de trabalho e conseqüente inserção no mercado capitalista. Eis aí uma contradição que só pode ser resolvida a partir de um longo processo de educação nas bases do movimento de economia solidária: os trabalhadores. No entanto, é indispensável um real envolvimento de todos que integram o movimento de economia solidária com os valores e fundamentos da solidariedade e a autogestão.

Quando nos aproximamos do FEEPSPI, compreendemos as dificuldades dos empreendimentos solidários em participar ativamente deste canal de participação no movimento de economia solidária que se abriu no ano de 2004 no estado, os motivos de ordem financeira são apontados como razões que impossibilitam o deslocamento dos representantes dos empreendimentos às reuniões do FEEPSPI.

Portanto, apesar da proposta de fortalecimento dos empreendimentos solidários no estado do FEEPSPI, o mesmo convive com limitações que exigem novas estratégias para a mobilização e articulação dos sujeitos sociais coletivos que constroem o movimento de economia solidária no Piauí.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, J. C. T; SCHUCH, F. C. Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A Produção de Sentido e a Construção Social da Economia Solidária**. 2010. 255 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BRASIL, Manuela Salau. **A produção social das utopias: uma análise a partir da economia solidária**. 2011. 284 fls. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

GOHN, Maria da Glória. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. (tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim). Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SCHERER – WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

_____. **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SENAES. Atlas de Economia Solidária no Brasil 2005 - 2007. (Org.) Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. São Paulo: Todos os bichos, 2009.

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TERESINA. Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária do Piauí. Regimento Interno. Teresina, 2012.